

SINOP - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
- MATO GROSSO

Nível Fundamental Incompleto

Motorista II, Motorista III, Operador De Motoniveladora,
Operador De Pá-Carregadeira, Operador de
retroescavadeira e Operador De Trator De Pneus

EDITAL N.º 001/2024

CÓD: SL-161DZ-24
7908433268246

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de textos: identificação do significado de palavras, expressões, frases e parágrafos	7
2. Construção do sentido do texto: ideias principais e secundárias	7
3. Elementos verbais e não verbais	9
4. Relações de fato/causa; fato/consequência; fato/finalidade; fato/conclusão; fato/opinião; problema/solução.....	12
5. Identificação de elementos na construção de relações de oposição; analogia; ordem; inclusão; exclusão; alternância.....	13
6. Construção da narrativa: caracterização dos personagens principais e secundários; relação de tempo e organização cronológica dos fatos; caracterização do espaço, identificação dos tipos de narrador (observador e personagem).....	14

Raciocínio Lógico

1. Sistema de numeração decimal: classe e ordens.....	19
2. Números naturais: Leitura, operações de adição, subtração, multiplicação e divisão Números racionais não inteiros: leitura, comparação, operações de adição, subtração, multiplicação e divisão.....	20
3. Frações: Operações e comparação	25
4. Múltiplos e divisores. Múltiplos e submúltiplos	27
5. Porcentagem (10%, 20%, 25%, 50%, 75%, 100%).....	29
6. Sistema monetário brasileiro.....	30
7. Sistema legal de medidas: unidades de comprimento, área, capacidade, massa e tempo	31
8. Cálculo de perímetro e áreas do triângulo e quadriláteros	35
9. Malhas quadriculadas.....	36

Conhecimentos Gerais

1. História, geografia do município.....	41
2. Lei orgânica do município sinop	43

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS: IDENTIFICAÇÃO DO SIGNIFICADO DE PALAVRAS, EXPRESSÕES, FRASES E PARÁGRAFOS

A Leitura Atenta e a Compreensão Contextual

A leitura atenta é o ponto de partida para a interpretação de textos. Durante a leitura, é essencial captar o objetivo do autor, a ideia principal do texto e os detalhes que complementam essa ideia. Para isso, algumas estratégias são fundamentais:

- Leitura ativa: anotar palavras-chave e marcar trechos relevantes.
- Identificação do gênero textual: compreender se o texto é narrativo, descritivo, argumentativo ou injuntivo pode ajudar a determinar sua finalidade.
- Análise do contexto: entender as relações entre as partes do texto.

Exemplo prático:

Se uma palavra desconhecida aparece em uma frase, use o contexto para inferir seu significado. No trecho *“O funcionário foi exonerado por conduta incompatível com o cargo”*, mesmo sem conhecer o termo “exonerado”, pode-se deduzir que significa “demitido” pelo restante da frase.

Identificação do Significado de Palavras

As palavras podem ter significados distintos dependendo do contexto em que são utilizadas. Identificar o sentido correto exige:

- Reconhecimento de sinônimos e antônimos: muitos concursos pedem para identificar palavras equivalentes ou opostas.
- Compreensão de palavras polissêmicas: palavras que possuem múltiplos sentidos, como “banco” (instituição financeira ou assento).
- Uso de prefixos e sufixos: entender como afixos alteram o significado, como em “rever” (ver novamente).

Exemplo prático:

No trecho *“A atitude dele foi inusitada”*, o termo “inusitada” pode ser compreendido como algo “fora do comum” se considerarmos o contexto da frase.

Compreensão de Expressões e Frases

As expressões idiomáticas e construções figuradas podem desafiar a interpretação literal. Para compreender corretamente, é necessário:

- Identificar figuras de linguagem: como metáfora, metonímia e hipérbole.
- Relacionar as expressões ao contexto: entender como a expressão se conecta ao restante do texto.

Exemplo prático:

No trecho *“Ele estava com a faca e o queijo na mão”*, a interpretação literal não faz sentido. Contudo, o contexto sugere que a expressão significa que ele tinha tudo o que precisava para resolver a situação.

Análise de Parágrafos

A compreensão de parágrafos envolve a identificação de ideias principais e secundárias. Para isso, é importante:

- Reconhecer a estrutura do parágrafo: identificar introdução, desenvolvimento e conclusão.
- Observar conectores lógicos: palavras como “portanto”, “entretanto” e “além disso” indicam relações de causa, contraste ou adição entre as ideias.

Exemplo prático:

Em um parágrafo argumentativo, como *“Embora muitos critiquem o sistema de cotas, ele tem contribuído significativamente para a inclusão social. Diversos estudos comprovam sua eficácia na redução de desigualdades.”*, a ideia principal é a defesa das cotas, enquanto os detalhes fornecem evidências que sustentam a argumentação.

Relação entre as Partes do Texto

Compreender um texto como um todo exige a habilidade de relacionar palavras, frases e parágrafos. Essa competência pode ser desenvolvida por meio de:

- Análise de coesão e coerência: verificar se as ideias se conectam de forma lógica.
- Identificação de progressão temática: observar como o autor desenvolve o tema ao longo do texto.

Exemplo prático:

No texto *“A poluição atmosférica é um problema crescente nas grandes cidades. Essa situação decorre do aumento do uso de veículos automotores, que liberam gases nocivos.”*, a coesão é estabelecida pela relação causal entre o uso de veículos e a poluição.

CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DO TEXTO: IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS

A comunicação escrita é uma habilidade essencial em diversos contextos, como no ambiente acadêmico, profissional e social. Para alcançar clareza e eficiência na transmissão de ideias, é imprescindível compreender a estrutura interna de um texto, distinguindo as ideias principais das secundárias.

As ideias principais são o núcleo do conteúdo, representando o ponto central que o autor deseja transmitir. Já as ideias secundárias servem como apoio, complementando, explicando ou detalhando o tema principal. A correta identificação e organização desses elementos é determinante para que o texto seja bem estruturado, coeso e compreensível.

Este texto tem como objetivo abordar a relação entre ideias principais e secundárias, apresentando conceitos, exemplos e estratégias práticas para sua identificação e aplicação. Além disso, destacará a relevância dessas ideias na construção de textos objetivos e eficazes, fornecendo ferramentas para aprimorar a leitura e a redação.

— Conceito de Ideias Principais e Secundárias

A distinção entre ideias principais e secundárias é essencial para a compreensão textual, pois permite ao leitor ou redator identificar o foco central de um texto e as informações que o sustentam.

Ideias Principais

As ideias principais são o cerne do texto, expressando o objetivo central ou a mensagem mais relevante que o autor deseja transmitir. Em um parágrafo, por exemplo, a ideia principal é aquela que sintetiza o ponto principal de forma clara e objetiva. Ela é indispensável para o entendimento do texto, sendo muitas vezes apresentada no início ou no final do parágrafo.

Ideias Secundárias

Por outro lado, as ideias secundárias são as informações complementares, que têm a função de detalhar, explicar ou exemplificar a ideia principal. Elas fornecem dados adicionais que ajudam a fortalecer ou contextualizar o tema central, mas não têm autonomia sem a ideia principal.

Relação entre Ideias Principais e Secundárias

Esses dois elementos formam uma relação de interdependência, em que as ideias secundárias ampliam o significado da ideia principal, criando uma cadeia lógica e coesa. Quando bem organizadas, essas ideias contribuem para uma leitura fluida e eficiente, facilitando a comunicação e o entendimento do conteúdo. Por exemplo:

– Ideia Principal: “A prática regular de exercícios físicos é essencial para a saúde.”

– Ideias Secundárias: “Ela ajuda a prevenir doenças cardiovasculares, melhora a qualidade do sono e aumenta a disposição no dia a dia.”

— Exemplos Práticos de Identificação

Para compreender melhor a relação entre ideias principais e secundárias, apresentamos alguns exemplos práticos. Esses exemplos ajudam a visualizar como essas ideias se conectam para formar um texto claro e coeso.

Exemplo 1: Uma Situação de Risco

Trecho:

“Meu primo já havia chegado à metade da perigosa ponte de ferro quando, de repente, um trem saiu do trilho, a cem metros da ponte. Com isso, ele não teve tempo de correr para a frente

ou para trás, mas, demonstrando grande presença de espírito, agachou-se, segurou com as mãos um dos dormentes e deixou o corpo pendurado.”

– Ideia Principal: O primo enfrentou uma situação perigosa ao atravessar a ponte de ferro.

– Ideias Secundárias: A chegada inesperada do trem, sua reação ao perigo e a maneira como se salvou.

Exemplo 2: Um Passeio na Fazenda

Trecho:

“O dia amanhecera lindo na Fazenda Santo Inácio. Os dois filhos do Sr. Soares, administrador da fazenda, resolveram aproveitar o bom tempo. Pegaram um animal, montaram e seguiram contentes pelos campos, levando um farto lanche, preparado pela mãe.”

Primeiro Parágrafo:

– Ideia Principal: O dia amanheceu lindo na Fazenda Santo Inácio.

– Ideias Secundárias: Não há, já que o parágrafo foca apenas na descrição do clima.

Segundo Parágrafo:

– Ideia Principal: Os filhos do Sr. Soares decidiram aproveitar o bom tempo.

– Ideias Secundárias: Pegaram um animal, montaram e seguiram pelos campos com um lanche preparado pela mãe.

Exemplo 3: Evento Natural

Trecho:

“As estacas da cabana tremiam fortemente, e duas ou três vezes, o solo estremeceu violentamente sob meus pés. Logo percebi que se tratava de um terremoto.”

– Ideia Principal: Era um terremoto.

– Ideias Secundárias: As estacas da cabana tremiam, e o solo estremeceu sob os pés do narrador.

Dica para Identificação

Ao analisar um parágrafo:

– Identifique a frase que resume o ponto central (ideia principal).

– Localize as informações que detalham, exemplificam ou sustentam essa ideia (ideias secundárias).

— Estrutura e Organização de Parágrafos

A organização de ideias em um parágrafo é essencial para a clareza e coesão de qualquer texto. A estrutura ideal combina uma ideia principal com ideias secundárias que a complementam, formando um conjunto lógico e bem articulado.

Padrões Comuns na Estrutura de Parágrafos

– Ideia Principal + Ideias Secundárias

Neste padrão, a ideia principal é apresentada no início do parágrafo, seguida pelas ideias secundárias, que ampliam, explicam ou exemplificam o tema central.

Exemplo:

“A prática da leitura é fundamental para o desenvolvimento intelectual. Ela amplia o vocabulário, melhora a capacidade de argumentação e aumenta a compreensão de diferentes perspectivas.”

– Ideias Secundárias + Ideia Principal

Nesse formato, o parágrafo inicia com detalhes ou exemplos (ideias secundárias), culminando com a apresentação da ideia principal no final.

Exemplo:

“As palavras cruzadas ajudam a exercitar o cérebro, os jogos de tabuleiro estimulam o raciocínio lógico, e os livros de mistério desafiam a imaginação. Por isso, atividades que combinam lazer e aprendizado são ótimas para a mente.”

Dicas para Organização dos Parágrafos

– Clareza na Identificação da Ideia Principal: mantenha a ideia principal em uma frase clara e objetiva, destacando o ponto central do parágrafo.

– Conexão entre Ideias: use palavras de transição, como além disso, portanto, por exemplo e conseqüentemente, para conectar ideias principais e secundárias.

– Evitar Redundâncias: evite repetir informações já apresentadas no mesmo parágrafo, o que pode tornar o texto confuso e prolixo.

– Tamanho Adequado: prefira parágrafos de tamanho moderado, com informações suficientes para desenvolver a ideia principal sem torná-lo muito longo ou difícil de seguir.

Boas Práticas na Estruturação

– Coerência: Certifique-se de que todas as ideias secundárias estejam diretamente relacionadas à ideia principal.

– Objetividade: Não sobrecarregue o parágrafo com informações irrelevantes ou desconexas.

– Progressão: Apresente as ideias em ordem lógica, conduzindo o leitor de forma natural do início ao fim do parágrafo.

– Critérios para Redação Eficaz

Escrever de forma clara e eficiente é uma habilidade que pode ser desenvolvida com a prática e a aplicação de critérios que garantem a coesão, coerência e impacto do texto. Abaixo, são apresentados os principais critérios que auxiliam na construção de uma redação eficaz.

Clareza

– Seja objetivo: Expresse a ideia principal de forma direta, evitando ambiguidades.

– Evite jargões desnecessários: Use uma linguagem adequada ao público-alvo.

– Escolha palavras precisas: Prefira termos específicos e fáceis de entender.

Organização Lógica

– Estrutura bem definida: Use introdução, desenvolvimento e conclusão para estruturar o texto.

– Conexão entre ideias: Relacione frases e parágrafos usando conectivos como portanto, assim, além disso e no entanto.

– Hierarquia de informações: Apresente primeiro as ideias principais e, em seguida, os detalhes ou explicações.

Concisão

– Evite prolixidade: Transmita a mensagem com o menor número de palavras possível, sem comprometer o conteúdo.

– Elimine redundâncias: Não repita informações desnecessárias no mesmo texto ou parágrafo.

– Prefira frases curtas e objetivas: Isso facilita a leitura e a compreensão.

Coerência e Coesão

– Coerência temática: Certifique-se de que todas as ideias do texto estejam alinhadas ao tema principal.

– Coesão textual: Use conectivos e pronomes que liguem as frases e parágrafos de forma harmônica.

– Progressão lógica: Apresente as ideias em uma ordem que conduza o leitor de maneira natural.

Revisão Cuidadosa

– Erros gramaticais e ortográficos: Verifique a correção da linguagem para evitar falhas que comprometam a credibilidade.

– Consistência de estilo: Mantenha o tom e o vocabulário uniforme ao longo do texto.

– Adequação ao objetivo: Certifique-se de que o texto atenda à finalidade pretendida e ao público-alvo.

Tamanho e Estrutura dos Parágrafos

– Parágrafos equilibrados: Evite parágrafos excessivamente longos ou curtos.

– Uma ideia principal por parágrafo: Desenvolva uma ideia central com apoio de ideias secundárias relevantes.

– Variedade de estrutura: Alterne entre parágrafos mais explicativos e parágrafos com exemplos ou argumentações.

Exemplo Prático:**– Antes:**

“A prática de exercícios físicos ajuda no combate ao estresse, melhora a saúde cardiovascular e pode contribuir para o aumento da disposição diária. É importante porque também reduz os riscos de doenças.”

– Depois:

“A prática regular de exercícios físicos promove inúmeros benefícios. Ela ajuda a combater o estresse, melhora a saúde cardiovascular e aumenta a disposição no dia a dia. Além disso, reduz significativamente os riscos de doenças.”

ELEMENTOS VERBAIS E NÃO VERBAIS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

— Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

– **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

– **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

– **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

– **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

– **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

– **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

– **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

– **Contexto**: O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

– **Objetivos da leitura**: O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

RACIOCÍNIO LÓGICO

SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL: CLASSE E ORDENS

O sistema de numeração decimal é de base 10, ou seja utiliza 10 algarismos (símbolos) diferentes para representar todos os números.

Formado pelos algarismos 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, é um sistema posicional, ou seja, a posição do algarismo no número modifica o seu valor.

É o sistema de numeração que nós usamos. Ele foi concebido pelos hindus e divulgado no ocidente pelos árabes, por isso, é também chamado de «sistema de numeração indo-arábico».

HINDU 300 a.C	-	=	≡	𑆑	𑆒	𑆓	𑆔	𑆕	𑆖	𑆗
HINDU 500 d.C	𑆑	𑆒	𑆓	𑆔	𑆕	(𑆑	𑆒	𑆓	𑆔
ÁRABE 900 d.C	1	𐌺	𐌻	𐌼	𐌽	7	𐌿	𐍀	9	0
ÁRABE (ESPANHA) 1000 d.C	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
ITALIANO 1400 d.C	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
ATUAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0

Evolução do sistema de numeração decimal

Características

- Possui símbolos diferentes para representar quantidades de 1 a 9 e um símbolo para representar a ausência de quantidade (zero).

- Como é um sistema posicional, mesmo tendo poucos símbolos, é possível representar todos os números.

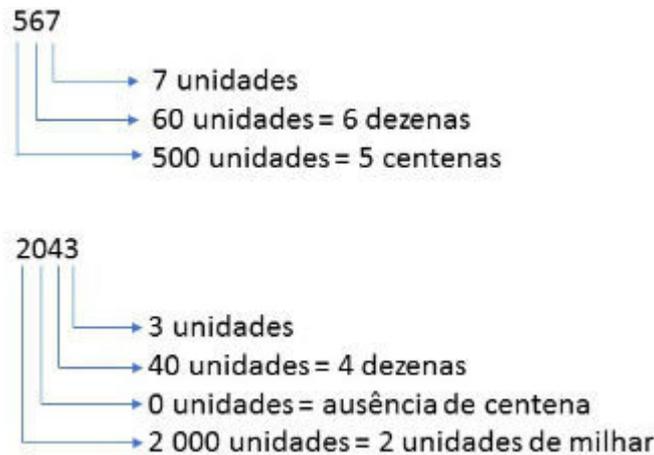
- As quantidades são agrupadas de 10 em 10, e recebem as seguintes denominações:

10 unidades = 1 dezena

10 dezenas = 1 centena

10 centenas = 1 unidade de milhar, e assim por diante

Exemplos



Ordens e Classes

No sistema de numeração decimal cada algarismo representa uma ordem, começando da direita para a esquerda e a cada três ordens temos uma classe.

CLASSE DOS BILHÕES			CLASSE DOS MILHÕES			CLASSE DOS MILHARES			CLASSE DAS UNIDADES SIMPLES		
12ª ordem	11ª ordem	10ª ordem	9ª ordem	8ª ordem	7ª ordem	6ª ordem	5ª ordem	4ª ordem	3ª ordem	2ª ordem	1ª ordem
Centenas de Bilhão	Dezenas de Bilhão	Unidades de Bilhão	Centenas de Milhão	Dezenas de Milhão	Unidades de Milhão	Centenas de Milhar	Dezenas de Milhar	Unidades de Milhas	Centenas	Dezenas	Unidades

Para fazer a leitura de números muito grandes, dividimos os algarismos do número em classes (blocos de 3 ordens), colocando um ponto para separar as classes, começando da direita para a esquerda.

Exemplos

1) 57283

Primeiro, separamos os blocos de 3 algarismos da direita para a esquerda e colocamos um ponto para separar o número: 57. 283.

No quadro acima vemos que 57 pertence a classe dos milhares e 283 a classe das unidades simples. Assim, o número será lido como: cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e três.

2) 12839696

Separando os blocos de 3 algarismos temos: 12.839.696

O número então será lido como: doze milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e noventa e seis.

NÚMEROS NATURAIS: LEITURA, OPERAÇÕES DE ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO
NÚMEROS RACIONAIS NÃO INTEIROS: LEITURA, COMPARAÇÃO, OPERAÇÕES DE ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

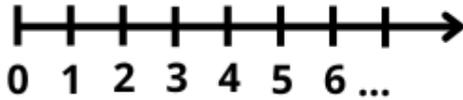
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

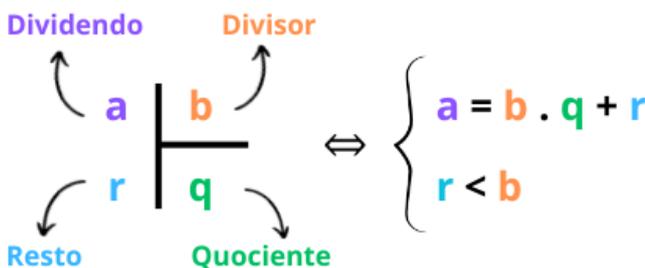
É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.
- 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: $3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15$. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q, então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a, b e c em N

- 1) Associativa da adição: $(a + b) + c = a + (b + c)$
- 2) Comutativa da adição: $a + b = b + a$
- 3) Elemento neutro da adição: $a + 0 = a$
- 4) Associativa da multiplicação: $(a.b).c = a.(b.c)$
- 5) Comutativa da multiplicação: $a.b = b.a$
- 6) Elemento neutro da multiplicação: $a.1 = a$
- 7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição: $a.(b + c) = ab + ac$
- 8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração: $a.(b - c) = ab - ac$
- 9) Fechamento: tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1) Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema.

Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Solução: **Resposta: D.**

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6): $5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2$.

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão. Assim, são 4167 calendários perfeitos.

2) João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branco	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Solução: **Resposta: E.**

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

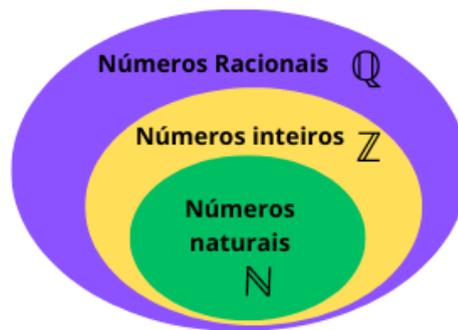
2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

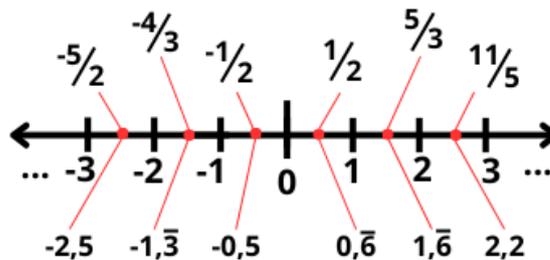
CONJUNTO DOS NÚMEROS RACIONAIS (Q)

Os números racionais são aqueles que podem ser expressos na forma de fração. Nessa representação, tanto o numerador quanto o denominador pertencem ao conjunto dos números inteiros, e é fundamental observar que o denominador não pode ser zero, pois a divisão por zero não está definida.

O conjunto dos números racionais é simbolizado por Q. Vale ressaltar que os conjuntos dos números naturais e inteiros são subconjuntos dos números racionais, uma vez que todos os números naturais e inteiros podem ser representados por frações. Além desses, os números decimais e as dízimas periódicas também fazem parte do conjunto dos números racionais.



Representação na reta:



Também temos subconjuntos dos números racionais:

Q^* = subconjunto dos números racionais não nulos, formado pelos números racionais sem o zero.

Q_+ = subconjunto dos números racionais não negativos, formado pelos números racionais positivos.

Q_+^* = subconjunto dos números racionais positivos, formado pelos números racionais positivos e não nulos.

Q_- = subconjunto dos números racionais não positivos, formado pelos números racionais negativos e o zero.

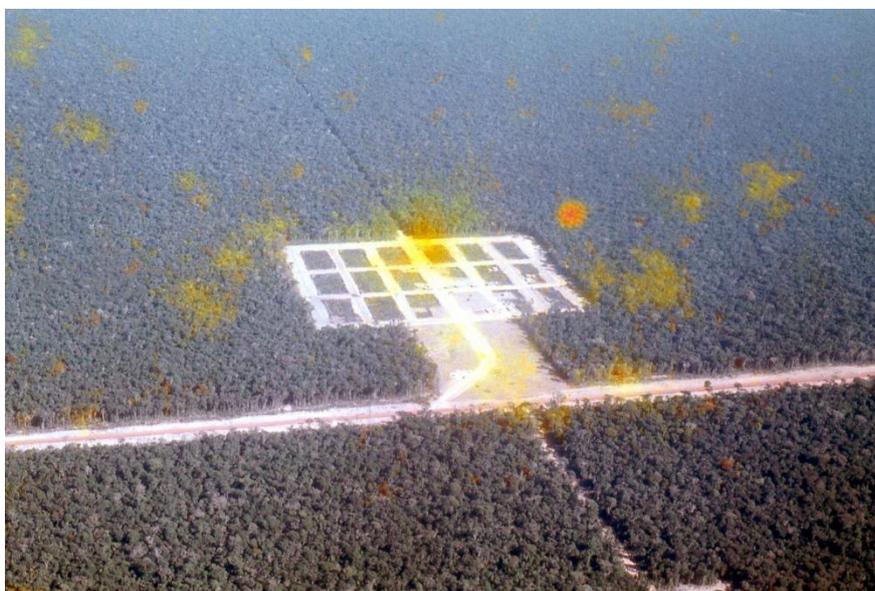
Q_-^* = subconjunto dos números racionais negativos, formado pelos números racionais negativos e não nulos.

CONHECIMENTOS GERAIS

HISTÓRIA, GEOGRAFIA DO MUNICÍPIO

— Origem e Primeiros Anos de Ocupação

A ocupação da área onde hoje se encontra o município de Sinop teve início em 1972, quando a empresa Colonizadora Sinop S.A. (Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná) adquiriu mais de 500 mil hectares a cerca de 500 km de Cuiabá, ao longo da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Foi nesse contexto que surgiu a Gleba Celeste, marco inicial do processo de colonização da região.



Assentamento SINOP, julho de 1973, às margens da BR-163. Foto aérea: Acervo Fotográfico Ten Cel Jaime Ribeiro.

O projeto foi liderado por Roberto Brandão, que, com o apoio de 400 trabalhadores e maquinários, desbravou as primeiras áreas da mata. Esse esforço culminou na criação de Sinop, além de outros municípios como Vera, Santa Carmem e Cláudia. Foram abertos 1.400 km de estradas vicinais, campos experimentais e construídas estruturas de apoio para os colonos, como escolas e centros comunitários. A região atraiu brasileiros de diversas partes do país, consolidando a chamada “mística do Nortão”.

Em maio de 1972, as primeiras ruas de Sinop começaram a ser traçadas, e muitas famílias, especialmente do Paraná, enfrentaram viagens de até sete dias para chegar ao local. Na data oficial de fundação, 14 de setembro de 1974, Sinop ainda era um grande canteiro de obras, com cerca de 20 quadras em construção.

Em 2018, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) confirmou a prática de grilagem de terras pela empresa colonizadora, em relação à área de domínio da BR-163. A empresa foi condenada a pagar uma indenização de R\$ 36.930.739,26 aos verdadeiros proprietários da terra.

Atualmente, segundo dados do IBGE de 2022, a área territorial de Sinop é de 3.990,870 km², e abriga uma população composta por 196.312 habitantes.

Formação Administrativa e História Recente

Em julho de 1976, Sinop foi elevada a distrito de Chapada dos Guimarães, pelo então governador de Mato Grosso, José Garcia Neto. Posteriormente, em dezembro de 1979, o governador Frederico Campos concedeu à localidade o status de município.

— Geografia de Sinop

– Localização e Aspectos Físicos



https://pt.wikipedia.org/wiki/Sinop/media/Ficheiro:Mato-Grosso_Municip_Sinop.svg

Sinop está situada no noroeste da região Centro-Oeste do Brasil, em uma área caracterizada por formação geológica do Fanerozoico e pela Bacia Quaternária do Alto Xingu. Suas coordenadas geográficas são latitude 11°50'53" Sul e longitude 55°38'57" Oeste, a uma altitude de 384 metros acima do nível do mar. O município faz parte do Planalto Residual Norte do Mato Grosso e do Planalto do Parecis, estando inserido na Bacia Hidrográfica do Amazonas, com o Rio Teles Pires como principal curso d'água.

– Clima

O clima predominante é o equatorial, com duas estações bem definidas: uma chuvosa, de outubro a abril, e outra seca, de maio a setembro. Dados da estação meteorológica automática do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) em Sinop, em operação desde 2006, apontam:

- Menor temperatura registrada: 9,5 °C (13 de maio de 2010).
- Maior temperatura registrada: 40 °C (19 de setembro de 2015).
- Maior precipitação em 24 horas: 132,6 mm (14 de fevereiro de 2012).
- Menor umidade relativa do ar (URA): 11% (14 de setembro de 2019).
- Maior rajada de vento: 24,2 m/s (87,1 km/h) (1 de fevereiro de 2015).

Esses dados reforçam a diversidade climática e a importância de Sinop como um ponto estratégico no estado de Mato Grosso.

— Símbolos municipais

Brasão de Sinop



Bandeira de Sinop



Hino de Sinop

Autor/letra: Ary de Lima
Melodia:
Aniceto Matti

Como um prêmio ao labor pioneiro
Tu, Sinop, te ergues viril,
A mostrares, no porte altaneiro
O retrato de um novo Brasil.

Tens escrita, na selva, a história
De um combate inspirado no amor,
Que, agora, revive a vitória
Do teu povo, feliz, lutador.

SINOP terra querida
Em ti, nosso amor constante,
Ilumina tua vida
Sempre bela e triunfante.

Mato Grosso se fez teu acesso
À conquista de nova fronteira,
Para dares riqueza e progresso
Aos rincões da nação brasileira.
Tua gente, na paz, na alegria,
Irmanada ao trabalho, ao sorrir,
É certeza da luz que anuncia
Alvorada de belo porvir.

SINOP terra querida
Em ti, nosso amor constante,
Ilumina tua vida
Sempre bela e triunfante.

Tuas ruas, e praças e templos,
Em lugar da floresta imponente,
Dão à pátria soberbos exemplos
De trabalho fecundo e valente.

No sem fim da Amazônia selvagem,
És o marco de fé que conduz
O Brasil à visão da imagem
Do ideal que teu nome traduz.

SINOP terra querida
Em ti, nosso amor constante,
Ilumina tua vida
Sempre bela e triunfante.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO SINOP

LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Município de Sinop.

Nós, representantes do povo sinopense, verdadeiro sujeito da vida política e da história do Município reunido em Câmara Municipal Organizante, unidos e irmanados com o povo no firme propósito de afirmar no território do Município, os valores supremos que fundamentam a existência e a vida da República Federativa do Brasil e do Estado de Mato Grosso, objetivando o pleno exercício dos direitos sociais, individuais e os valores do ser humano, na busca de uma sociedade fraterna, solidária, justa e digna, invocando a proteção e a inspiração de Deus, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SINOP.

TÍTULO I DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Município de Sinop, uma das unidades do território do Estado do Mato Grosso, parte da República Federativa do Brasil, com autonomia política, administrativa e financeira, regendo-se por esta Lei Orgânica e pelas demais leis que adotar, respeitados os princípios estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual.

Art. 2º São símbolos do Município o Brasão, a Bandeira e o Hino, representativos de sua cultura e história.

Art. 3º O território do Município poderá ser dividido em distritos, criados, organizados e suprimidos por lei municipal observada a legislação estadual, a consulta plebiscitária e o disposto nesta Lei Orgânica.

Parágrafo único. A sede do Município de Sinop, tem a categoria de cidade, enquanto a sede do Distrito tem a categoria de vila.

Art. 4º São poderes municipais, independentes, harmônicos e colaborativos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo único. É vedado a um dos poderes delegar atribuições a outro, salvo nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 5º O Governo Municipal é exercido pela Câmara dos Vereadores, pelo Prefeito e pela participação popular, nos termos da lei em sentido amplo.

Art. 6º O Município pode celebrar convênios com a União, o Estado e outros municípios, para a realização de obras ou exploração de serviços de interesse comum.

Parágrafo único. Pode, ainda, o Município, através de convênios ou consórcios com outros municípios, criar entidades intermunicipais para a realização de obras, atividades ou serviços específicos de interesse comum, devendo ser os mesmos aprovados por leis dos municípios participantes.

Art. 7º A autonomia do Município é assegurada:

I - pela eleição direta, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e Legislação Complementar, do Prefeito e do Vice-Prefeito, que compõem o Executivo Municipal e dos Vereadores, que compõem a Câmara Legislativa Municipal;

II - pela administração própria no que respeita à assuntos de interesse local, especialmente quanto:

a) à instituição e arrecadação dos tributos de sua competência, à fixação e cobrança de tarifas ou preços públicos municipais e à aplicação de suas rendas;

b) à organização dos serviços públicos locais.

Art. 8º Compete ao Município prover a tudo quanto respeite ao interesse local, e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe:

I - organizar-se administrativamente, observadas as Legislações Federal e Estadual pertinentes;

II - decretar sua lei, expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse;

III - adquirir, alienar e doar os seus bens, bem como aceitar doações, legados e heranças, dispor sobre sua administração e utilização;

IV - desapropriar por necessidade ou utilidade pública e por interesse social, nos casos previstos em lei;

V - dispor sobre concessão, permissão e autorização de serviços públicos locais e do uso de seus bens, por terceiros, respeitados, quanto a primeira, o disposto no Artigo 175 da Constituição Federal e a Legislação Federal pertinente;

VI - organizar os quadros e estabelecer o regime jurídico de seus servidores;

VII - estabelecer normas de edificação, de loteamento, de zoneamento urbano e de arruamento, bem como as diretrizes urbanísticas convenientes à ordenação de seu território;

VIII - estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços;

IX - regulamentar e fiscalizar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, nas zonas urbanas:

a) fixar os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;

b) fixar e sinalizar, de acordo com a Legislação Federal pertinente, as faixas de rolamento do Município, os limites das zonas de silêncio e de trânsito em condições especiais;

c) disciplinar os serviços de cargas e descargas, e fixar a tonelagem máxima permitida à veículos que circulem em suas vias públicas;

d) determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos em geral.

X - fixar as tarifas dos serviços municipais, inclusive os de transporte coletivo e de táxis, observados, quanto aos primeiros, o disposto no Artigo 175, parágrafo único e incisos I, II, III e IV da Constituição Federal e Legislação Federal a respeito;

XI - dispor sobre a limpeza dos logradouros públicos, bem como sobre a remoção e destino do lixo domiciliar e de detritos de qualquer natureza;

XII - licenciar a localização dos estabelecimentos comerciais, industriais e outros, manter serviços de permanente fiscalização dos mesmos e cassar os respectivos alvarás dos que se tornarem nocivos ou inconvenientes à saúde, à higiene e ao bem-estar públicos ou aos bons costumes, observadas as normas Federais e Estaduais pertinentes;

XIII - estabelecer, respeitada a legislação do trabalho, as condições e horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e similares;

XIV - dispor sobre o serviço funerário e os cemitérios do Município, administrando os públicos e fiscalizando os particulares;

XV - dispor sobre edificações, inclusive sobre sua interdição e demolição, especialmente quando, em ruínas ou em condições de absoluta insalubridade, atentarem contra a incolumidade pública;

XVI - regulamentar, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes, anúncios, emblemas e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, em locais públicos e particulares do Município;

XVII - regulamentar, autorizar e fiscalizar os jogos esportivos, os espetáculos e divertimentos públicos, sujeitos ao poder de polícia do Município;

XVIII - dispor sobre registro, vacinação, captura e destino de animais, com o fim de prevenir e erradicar a hidrofobia e outras moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XIX - dispor sobre a apreensão e depósito de semoventes, mercadorias e móveis em geral, no caso de transgressão de leis e demais atos municipais, bem como sobre a forma e condições do destino das coisas apreendidas;

XX - dispor sobre os serviços públicos em geral regulamentando-os, inclusive os de caráter ou de uso coletivo, como os de água, gás, luz e energia elétrica, estabelecendo os respectivos processos de instalação, distribuição e consumo no Município;

XXI - estabelecer penalidades, dispondo sobre a competência das autoridades com poder de aplicá-las, por infrações às leis e regulamentos municipais;

XXII - elaborar o seu plano diretor de desenvolvimento integrado.

Art. 9º Compete, ainda, ao Município, concorrente ou supletivamente com a União ou o Estado:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos;

III - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

IV - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência, realizando programas de alfabetização;

V - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VI - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VII - fomentar a produção agropecuária;

VIII - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

IX - combater as causas de pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

X - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XI - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito;

XII - prover sobre a prevenção e os serviços de combate de incêndio;

XIII - estabelecer tratamento jurídico diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, visando incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas e tributárias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei;

XIV - organizar, focalizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, mercados, feiras e matadouros locais;

XV - executar obras de:

a) construção e conservação de estradas, parques, jardins e hortos florestais;

b) construção e conservação de estradas vicinais;

c) abertura e pavimentação de vias;

d) construção de viveiros de mudas.

Parágrafo único. Dependerá de Lei Complementar Federal a qual disporá sobre as mesmas para a cooperação de que trata este artigo, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

Art. 10 Compete ao Município, instituir, mediante Lei Municipal, os seguintes tributos, respeitados os princípios constitucionais e a legislação federal pertinente:

I - impostos sobre:

a) propriedade predial e territorial urbana;